

## MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 130.720 GOIÁS

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
PACTE.(S) : FRANCO DE SIQUEIRA GONZAGA  
PACTE.(S) : TATIANI VERSALLI  
IMPTE.(S) : IURI SEROR CUIABANO  
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 334.766 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 63.308 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO:** Trata-se de “*habeas corpus*”, com pedido de medida liminar, **impetrado** *contra decisões monocráticas emanadas* de eminente Ministro do E. Superior Tribunal de Justiça.

*Sendo esse o contexto, passo a apreciar a admissibilidade, na espécie, da presente* ação de “*habeas corpus*”. *E, ao fazê-lo, devo observar que ambas as Turmas* do Supremo Tribunal Federal **firmaram** orientação *no sentido da incognoscibilidade* desse remédio constitucional, **quando impetrado, como sucede na espécie**, contra decisão monocrática **proferida por Ministro** de Tribunal Superior da União (**HC 116.875/AC**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **HC 117.346/SP**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **HC 117.798/SP**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **HC 118.189/MG**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **HC 119.821/TO**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **HC 121.684-AgR/SP**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **HC 122.381-AgR/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **HC 122.718/SP**, Rel. Min. ROSA WEBER – **RHC 114.737/RN**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **RHC 114.961/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, *v.g.*):

**“‘HABEAS CORPUS’. CONSTITUCIONAL. PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA.**

*I – (...) verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição*

*Federal, o qual pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior.*

.....  
*III – ‘Writ’ não conhecido.”*

*(HC 118.212/MG, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – grifei)*

**Embora respeitosamente dissentindo** dessa diretriz jurisprudencial, **por entender possível** a impetração de “*habeas corpus*” **contra decisão monocrática** de Ministro de Tribunal Superior da União, **cabe-me observar, em respeito ao princípio da colegialidade, essa orientação restritiva** que se consolidou em torno da utilização do remédio constitucional em questão, **motivo pelo qual, em atenção à posição dominante** na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **impor-se-á, na espécie, o não conhecimento** da presente ação de “*habeas corpus*”.

**É certo** que, em situações excepcionais, o Supremo Tribunal Federal, **mesmo não conhecendo** do “*writ*” constitucional, **tem, ainda assim, concedido de ofício a ordem** de “*habeas corpus*”, **desde** que configurada situação de evidente ilegalidade.

**Ocorre, no entanto,** que os fundamentos **em que se apoia** a decisão que decretou a prisão cautelar dos ora pacientes **ajustam-se aos estritos critérios** que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal **consagrou** na matéria ora em análise.

**É que, como se sabe, não obstante** o caráter extraordinário de que se reveste, a prisão cautelar **pode** efetivar-se, **desde** que o ato judicial que a formalize **tenha** fundamentação substancial, **apoiando-se em elementos concretos e reais** que se ajustem aos requisitos abstratos – **juridicamente definidos** em sede legal – **autorizadores** da decretação dessa modalidade de tutela cautelar penal (**RTJ 134/798**, Red. p/ o acórdão Min. CELSO DE MELLO).

É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal, em pronunciamento sobre a matéria (RTJ 64/77, Rel. Min. LUIZ GALLOTTI), tem acentuado, na linha de autorizado magistério doutrinário (JULIO FABBRINI MIRABETE, “Código de Processo Penal Interpretado”, p. 688, 7ª ed., 2000, Atlas; PAULO LÚCIO NOGUEIRA, “Curso Completo de Processo Penal”, p. 250, item n. 3, 9ª ed., 1995, Saraiva; VICENTE GRECO FILHO, “Manual de Processo Penal”, p. 274/278, 4ª ed., 1997, Saraiva), que, uma vez comprovada a materialidade dos fatos delituosos e constatada a existência de meros indícios de autoria – e desde que concretamente ocorrente qualquer das situações referidas no art. 312 do Código de Processo Penal –, torna-se legítima, presentes razões de necessidade, a decretação, pelo Poder Judiciário, da prisão preventiva.

A análise da decisão que decretou a prisão preventiva dos ora pacientes evidencia que esse ato sustenta-se em razões de necessidade, confirmadas, no caso, pela existência de base empírica idônea.

Cumprе registrar, por relevante, que o Supremo Tribunal Federal tem entendido, em precedentes de ambas as Turmas (HC 89.847/BA, Rel. Min. ELLEN GRACIE – HC 90.889/PE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – HC 94.999/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE – HC 95.024/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – HC 97.378/SE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – HC 100.930/GO, Rel. Min. CELSO DE MELLO), que se reveste de fundamentação idônea a prisão cautelar decretada contra possíveis integrantes de organizações criminosas:

**“‘HABEAS CORPUS’. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA.**

*A decisão que decretou a prisão preventiva demonstrou a materialidade dos fatos e a presença de indícios da autoria, o que restou confirmado pela sentença condenatória.*

*Dados concretos evidenciam a necessidade de garantir-se a ordem pública, dada a alta periculosidade do paciente, que integrava sofisticada organização criminosa dedicada ao tráfico internacional de drogas. Ademais, ao que se apurou, o réu faz do comércio de entorpecentes a sua profissão, a indicar que ele, caso venha a ser solto, voltará à criminalidade.*

*Assim, presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, impõe-se a manutenção da prisão preventiva.*

*Ordem denegada."*

**(HC 94.442/SP, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – grifei)**

**"AGRAVO REGIMENTAL EM 'HABEAS CORPUS'.  
PROCESSUAL PENAL. PRISÃO CAUTELAR  
CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE  
FLAGRANTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A JUSTIFICAR  
EXCEÇÃO À REGRA DA SÚMULA 691/STF.**

*A prisão cautelar do paciente acusado de ser um dos principais integrantes da organização criminosa está concretamente fundamentada, não justificando excepcionar-se a Súmula 691 desta Corte.*

*Agravo regimental em 'habeas corpus' não provido."*

**(HC 95.421-AgR/RJ, Rel. Min. EROS GRAU – grifei)**

**"'HABEAS CORPUS' – PRISÃO PREVENTIVA –  
NECESSIDADE COMPROVADA DE SUA DECRETAÇÃO –  
DECISÃO FUNDAMENTADA – MOTIVAÇÃO IDÔNEA QUE  
ENCONTRA APOIO EM FATOS CONCRETOS – POSSÍVEL  
INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA –  
LEGALIDADE DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO  
CAUTELAR – PEDIDO INDEFERIDO.**

**A PRISÃO CAUTELAR CONSTITUI MEDIDA DE  
NATUREZA EXCEPCIONAL.**

– A privação cautelar da liberdade individual reveste-se de caráter excepcional, somente devendo ser decretada ou mantida em situações de absoluta necessidade.

– A questão da decretabilidade ou da manutenção da prisão cautelar. Possibilidade excepcional, desde que satisfeitos os requisitos mencionados no art. 312 do CPP. Necessidade da verificação concreta, em cada caso, da imprescindibilidade da adoção dessa medida extraordinária. Precedentes.

DEMONSTRAÇÃO, NO CASO, DA NECESSIDADE CONCRETA DE DECRETAR-SE A PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE.

– Revela-se legítima a prisão cautelar se a decisão que a decreta, mesmo em grau recursal, encontra suporte idôneo em elementos concretos e reais que – além de se ajustarem aos fundamentos abstratos definidos em sede legal – demonstram que a permanência em liberdade do suposto autor do delito comprometerá a garantia da ordem pública e frustrará a aplicação da lei penal.

PACIENTE QUE INTEGRARIA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.

A jurisprudência desta Suprema Corte, em situações semelhantes à dos presentes autos, já se firmou no sentido de que se reveste de fundamentação idônea a prisão cautelar decretada contra possíveis integrantes de organizações criminosas. Precedentes.”

(HC 101.026/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Não foi por outro motivo que a MMª Juíza de Direito da Vara Criminal da comarca de Santo Antônio do Descoberto/GO **destacou**, com particular ênfase, **a necessidade** de decretar-se a prisão cautelar dos ora pacientes:

*“Nesse sentir, nota-se que as condutas supostamente praticadas pelos investigados demonstra um alto grau de periculosidade, tendo em vista que com a organização criminosa em investigação já foram apreendidos 134 KG (cento e trinta e*

*quatro quilos) da substância vulgarmente conhecida como cocaína, sendo que ainda há informações de que tal organização não foi totalmente desmantelada.*

*Assim, verifico que a **medida cautelar é necessária**, visando a garantia da ordem pública em face da gravidade concreta da conduta delituosa, bem como pela periculosidade demonstrada pelos investigados.” (grifei)*

**Observo**, de outro lado, no tocante ao alegado excesso de prazo na conclusão da instrução criminal, que **não assiste razão** à parte impetrante.

**Com efeito**, o Supremo Tribunal Federal, em situações **assemelhadas** à descrita nesta impetração, **tem entendido que a complexidade** da causa penal – **notadamente** daquelas de caráter multitudinário – **pode justificar** eventual retardamento na solução jurisdicional do litígio.

**Cumpr** **assinalar**, neste ponto, por necessário, **que a alegação** de excesso de prazo – **considerado** o contexto da causa penal em análise – **não encontra apoio** no magistério jurisprudencial **desta** Suprema Corte, **que tem reconhecido caracterizar-se “Ausência de constrangimento ilegal, quando tal excesso deriva das circunstâncias e da complexidade do processo, não sendo eventual retardamento fruto de inércia e desídia do Poder Judiciário” (HC 81.957/MA, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei).**

**Impende ressaltar**, por relevante, **que essa mesma orientação vem de ser reafirmada** pela colenda Segunda Turma desta Suprema Corte, em julgamento **que restou consubstanciado** em acórdão assim ementado:

**“‘HABEAS CORPUS’. PENAL. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. COMPLEXIDADE DA AÇÃO PENAL. INEXISTÊNCIA DE INÉRCIA OU DESÍDIA DO PODER JUDICIÁRIO. RÉU ACUSADO DE AMEAÇAR**

**TESTEMUNHA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.**

*I – O prazo para julgamento da ação penal **mostra-se dilatado em decorrência da complexidade do caso**, uma vez que o réu e mais quatro corréus foram denunciados pela prática do crime de homicídio qualificado em concurso material com o de ocultação de cadáver.*

*II – A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que **não procede a alegação de excesso de prazo quando a complexidade do feito, as peculiaridades da causa ou a defesa contribuem para eventual dilação do prazo. Precedentes.***

.....  
*IV – Ordem **denegada.***"

(HC 115.873/RS, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – grifei)

Esse entendimento, na realidade, nada mais reflete senão a própria orientação resultante de diretriz jurisprudencial que esta Corte Suprema firmou na matéria, notadamente em situações como a ora exposta nesta impetração, em que a complexidade dos fatos torna justificável eventual retardamento na conclusão do procedimento penal, desde que a demora registrada observe padrões de estrita razoabilidade (RTJ 93/1021 – RTJ 110/573 – RTJ 123/545 – RTJ 124/1087 – RTJ 128/652 – RTJ 128/681 – RTJ 129/746 – RTJ 135/554 – RTJ 136/604 – RTJ 178/276 – RTJ 196/306 – HC 81.905/PE, Rel. Min. ELLEN GRACIE – HC 85.611/DE, Rel. Min. ELLEN GRACIE – HC 85.679/PE, Rel. Min. AYRES BRITTO – HC 85.733/PB, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – HC 86.103/RS, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – HC 86.329/PA, Rel. Min. AYRES BRITTO – HC 89.168/RO, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – HC 90.085/AM, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – HC 101.447/CE, Rel. Min. GILMAR MENDES, v.g.):

**“‘HABEAS CORPUS’ – PRISÃO PREVENTIVA – NECESSIDADE COMPROVADA DE SUA DECRETAÇÃO – DECISÃO FUNDAMENTADA – MOTIVAÇÃO IDÔNEA QUE ENCONTRA APOIO EM FATOS CONCRETOS – POSSÍVEL**

INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – LEGALIDADE DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO CAUTELAR – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA CUSTÓDIA PROCESSUAL – CAUSA PENAL COMPLEXA – EXISTÊNCIA DE VÁRIOS LITISCONSORTES PENAISS PASSIVOS – INOCORRÊNCIA DE EXCESSO IRRAZOÁVEL – PEDIDO INDEFERIDO.

.....  
ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE. CAUSA PENAL COMPLEXA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CARACTERIZADO.

– O Supremo Tribunal Federal reconhece que a complexidade da causa penal, de um lado, e o número de litisconsortes penais passivos, de outro, podem justificar eventual retardamento na conclusão do procedimento penal ou na solução jurisdicional do litígio, desde que a demora registrada seja compatível com padrões de estrita razoabilidade. Precedentes."

(HC 97.378/SE, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Em suma: tenho para mim que os fundamentos subjacentes à presente impetração divergem dos critérios que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consagrou na matéria ora em exame.

Sendo assim, e em face das razões expostas, não conheço da presente ação de "habeas corpus", restando prejudicado, em consequência, o exame do pedido de medida liminar.

**Arquivem-se** os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator